

Nem oito nem oitenta: o equilíbrio à moda do Norte

written by Amadeu Ricardo | 24 de Fevereiro, 2026

OCIDADÃO
Journalism Online

OPINIÃO
Amadeu Ricardo



Sou social-democrata. E talvez por isso mesmo não tenho dificuldade em afirmar que apoio a decisão da Câmara Municipal do Porto em reduzir a ocupação das esplanadas na Rua das Flores.



Autarquia pretende dar mais espaço aos transeuntes. Comerciantes perdem lugares e veem o negócio a cair

Comerciantes das Flores preocupados com impacto da redução das esplanadas

Câmara do Porto reduziu espaços de três para dois metros, devido a queixas dos munícipes de dificuldades na circulação, mas lojistas denunciam já estarem com quebras no negócio

Alexandra Lopes
lucias@jn.pt

COMÉRCIO Os comerciantes da Rua das Flores, no Porto, estão contra a redução do tamanho das esplanadas, uma medida imposta pela câmara municipal. Alguns lojistas dizem já estar a sofrer as consequências com a diminuição da faturação.

"Já tive uma redução de 25% em novembro e dezembro de 2025, comparativamente com 2024", revela Nuno Peixoto, proprietário da "The World Needs Nata". "Esta diminuição pode não ter sido apenas consequência da redução do tamanho da esplanada, mas certamente que teve uma grande influência", aponta. Nuno Peixoto tinha licença para 18 lugares exteriores, sem definição do número de mesas autorizadas, mas quando foi renovar a licença de esplanada, em 2025, ficou limitado a apenas oito lugares.

A Câmara do Porto reduziu a dimensão das esplanadas de três para dois metros, alegando ter recebido muitas queixas de munícipes que aludiam à falta de espaço de circulação.

REGRESSO À NORMALIDADE

Tal como o JN noticiou em junho, a medida está a ser aplicada em todo o município, numa lógica de regresso à normalidade pós-covid. "O que resulta em ruas com elevada pressão pedonal que, associada a várias obras em curso na cidade, exigem que no Município do Porto sejam implementadas medidas que respondam à conjugação destas necessidades com as ocupações do espaço público, incluindo as esplanadas", explicou naquela altura, a autarquia.

O JN contactou a Câmara Municipal do Porto, mas não obteve resposta até ao fecho da reportagem.

Contudo, tanto Nuno Peixoto como a vizinha, Liliana Silva,

proprietária de uma hamburgueria, alegam que a rua é bastante larga e permite que a circulação seja feita de forma fluida.

A lojista admite que a diminuição do tamanho da esplanada, levada a cabo pela autarquia portuense, já teve impacto no negócio. "Renovei a licença em agosto e já tive uma quebra de 40% na faturação", aponta. Liliana tinha dez lugares e cinco mesas, e passou a ter três mesas e seis lugares.

"Além do número de lugares efetivos para clientes, as esplanadas ficam menos apelativas", considera, notando que teme pela viabilidade do negócio.

PERDA DE "GLAMOUR"

"As esplanadas não ficam convidativas, e, principalmente no verão, as pessoas querem estar ao ar livre", aponta, explicando que estas condições, cujo impacto no negócio já se fez sentir, aliado à crise na restauração, pode levar a uma situação de inviabilidade.

Segundo os comerciantes, os guarda-sóis também deverão ser alterados, porque têm de se ajustar à nova dimensão da esplanada. "Acho que não têm ideia de quanto custa um guarda-sol destes", lamenta Luis Ferreira, responsável da loja "The Worlds Needs Nata", enquanto refere os "5,6 metros" de largura que a rua tem, para considerar que há espaço suficiente para a circulação pedonal. "Ainda mais que não há nenhuma esplanada em frente à nossa", frisa. "O negócio está muito difícil e com isto ainda mais difícil se torna", sublinha Liliana Silva.

Entretanto, os comerciantes colocaram o problema numa assembleia municipal, e a vice-presidente do município e vereadora do Espaço Público, Catarina Araújo, comprometeu-se a ir ao local. "Foi muito simpática e disponível, ouviu as nossas preocupações e ficou de vir cá, para perceber a situação", indicam. ●

1A18

faturação
aturação na
ld Needs Na
dia de hom
feito na es
pelo que a re
tes espaços
ue possam
i menos

nal
blemática,
Flores é uma
al que liga a
S. Bento à
zinha. E
as mais tu-
Porto.

Não é uma posição contra o comércio. É sim, uma posição a favor da cidade.

A social-democracia nunca foi inimiga da iniciativa privada – pelo contrário. Reconhece-lhe o papel central na criação de riqueza, emprego e dinamismo. Mas também nunca confundiu a liberdade económica com a ausência de regras. O mercado existe dentro de uma comunidade. E a comunidade tem direitos que não podem ser comprimidos à medida da faturação.

Nos últimos anos, o Porto viveu um crescimento notável. Turismo, restauração, investimento estrangeiro. Ruas que antes estavam adormecidas ganharam vida. Isso é positivo. Mas há uma

diferença entre vitalidade e saturação. Quando os passeios deixam de permitir a circulação confortável, quando os moradores têm de pedir licença para passar na sua própria rua, quando o espaço comum começa a parecer concessionado a interesses particulares, é sinal de que o pêndulo já foi longe demais.

Reduzir de três para dois metros não é um capricho burocrático. É uma medida que se impõe na gestão urbana. Um metro pode parecer irrelevante numa planta técnica. No terreno, é a diferença entre a fluidez e o constrangimento. Entre acessibilidade e a exclusão silenciosa. Entre uma cidade acolhedora e uma cidade congestionada.

E há uma questão de princípio que não pode ser ignorada: o espaço público não é propriedade privada temporariamente tolerada. É um bem comum, gerido pela autarquia em nome de todos. A Câmara Municipal do Porto tem o dever – não apenas a faculdade – de intervir quando o equilíbrio se está a perder.

Quem conhece a Rua das Flores sabe que é uma artéria histórica, estrutural, com uma largura limitada e um fluxo intenso. Não foi desenhada para ser um corredor contínuo de esplanadas. Foi pensada para ligar, para atravessar, para viver. A cidade, e particularmente o centro histórico tem limites físicos que não desaparecem por vontade económica.

Há ainda um outro ponto, menos comentado mas essencial: a qualidade da experiência urbana. Uma rua onde se circula com dificuldade, onde há ruído constante e obstáculos sucessivos, acaba por se tornar menos agradável – também para quem consome. O excesso pode vir a matar aquilo que inicialmente gerou atratividade.

Ser social-democrata é precisamente aceitar esta tensão: apoiar o crescimento, mas recusar o desequilíbrio. Defender o comércio, mas proteger o cidadão. Permitir a iniciativa, mas enquadrá-la no interesse coletivo.

No Norte não gostamos de exageros. Gostamos de medida. De bom senso. De resolver os problemas antes que eles se tornem

crónicos. E governar é isso mesmo: antecipar os conflitos, corrigir os excessos, e garantir que ninguém fica para trás.

A cidade não pode ser apenas um palco do consumo. Tem de continuar a ser lugar de pertença. E pertença exige espaço – físico e simbólico.

O Porto não está fechado ao mundo. Continua aberto, vibrante, dinâmico. Mas a abertura não significa desregulação. Significa maturidade. Significa saber que crescimento sustentável é aquele que respeita a identidade urbana e a dignidade de quem nela vive.

A decisão pode ser impopular junto de alguns setores. Mas governar não é agradar a todos; é proteger o todo.

E o todo chama-se cidade.

O Porto não é Las Vegas.

É melhor do que isso.